PARECER JURÍDICO AJ/D078/2024-A

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2024/ADM

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA – Nº 7/2024-054FMDCA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS E COMPONENTES DE INFORMÁTICA PARA O CONSELHO TUTELAR

ASSUNTO: LEGALIDADE

SINTESE

Foi encaminhado para esta assessoria pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Tucumã, os presentes autos para fins de parecer jurídico acerca da legalidade da aquisição de equipamentos de informática para o Conselho Tutelar.

Compulsando os documentos que o integram, nos ativemos ao Termo de Referência que assim dispôs:

1. DEMANDANTE

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Processo Administrativo nº 052/2024/ADM.

2. BASE LEGAL

2.1. A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, bem como, pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024.

2.2. De acordo com o art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação será realizada nesta modalidade, por não atingir o limite de valor exigido para aplicação de outra modalidade licitatória

3. CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO, MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. Os bens a serem contratados, dadas as suas características e finalidade, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 28 do Decreto Municipal nº 003/2024.

3.2. A contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de CONTRATAÇÃO DIRETA por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

3.3. O procedimento a ser adotado, será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores e pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024.

4. DO OBJETO

4.1. Este Termo de referência tem por objeto a aquisição de suprimentos e componentes de informática para o Conselho Tutelar.

5. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O Presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para o fornecimento de suprimentos e componentes de informática Conselho Tutelar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA DESCRITIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTI	UNI.	VLR. REF	VALOR TOTAL
------	-----------	--------	------	----------	-------------

		DADE	MEDIDA	R\$	R\$
01	CARTUCHO TONER TN 3472P BROTHER	12	UNIDADE	209,920	2.519,04
	ESPECIFICAÇÃO: CARTUCHO TONER BROTHER; TN-3472; COMPATIBILIDADE: BROTHER TN-880 DCP-L5502DN DCP-L5602DN DCP-L5652DN MFC-L5702DW MFC-L5802DW MFC-L5902DW MFC-L6702DW HL-L5102DW HL-L5202DW HL-L6202DW MODELO: TN-3472 880 COR DO TONER: PRETO RENDIMENTO DE PÁGINAS: 12000 COMPATÍVEL COM: CILINDRO DR-3440 MARCA BROTHER.				
02	EPSON KIT REFIL DE TINTA 544 BLACK	08	UNIDADE	110,200	881,60
	ESPECIFICAÇÃO: EPSON COMPATÍVEL: EPSON N° TINTA: TINTA 544 BLACK COR DO TINTA: BLACK COMPATIBILIDADE: ECOTANK L-3150, L-3110, L-5190, L-3250, L-3210, L-5290, L-5590 MODELO: 544 BLACK QUALIDADE DA TINTA: ORIGINAL 100% NOVO QUANTIDADE DE TINTA: 65ML TINTA GENUINA.				
03	EPSON KIT REFIL DE TINTA 544, MAGENTA	04	UNIDADE	127,600	510,40
	ESPECIFICAÇÃO: MARCA: EPSON COMPATÍVEL: EPSON TINTA 544 MAGENTA COR DA TINTA: MAGENTA COMPATIBILIDADE: ECOTANK L-3150, L-3110, L-5190, L-3250, L-3210, L-5290, L-5590 MODELO: 544 MAGENTA QUANTIDADE DE TINTA: 65ML TINTA GENUINA.				
04	EPSON KIT PERFIL DE TINTA 544 YELLOW	04	UNIDADE	125,400	501,60
	ESPECIFICAÇÃO: MARCA: EPSON TINTA 544 YELLOW COMPATIBILIDADE: ECOTANK L-3150, L-3110, L-5190, L-3250, L-3210, L-5290, L-5590 MODELO: 544 YELLOW QUANTIDADE DE TINTA: 65ML TINTA GENUINA				
05	EPSON KIT PERFIL DE TINTA 544 CIANO	04	UNIDADE	130,800	523,20
	ESPECIFICAÇÃO: MARCA: EPSON TINTA 544 CIANO COMPATIBILIDADE: ECOTANK L-3150, L-3110, L-5190, L-3250, L-3210, L-5290, L-5590 QUANTIDADE DE TINTA: 65ML TINTA GENUINA				
06	CARTUCHO DE CILINDRO BROTHER DR3440 DR-3440/ DCPL5652DN MFCL5702DW HLL5102DW	08	UNIDADE	451,750	3.614,00
	ESPECIFICAÇÃO : MARCA: BROTHER CARTUCHO DE CILINDRO BROTHER DR3440 / DR-3440 CILINDRO: BROTHER DR3440 COMPATIBILIDADE DE IMPRESSORAS: BROTHER HL-L6202DW, BROTHER HL-L5102DW, BROTHER HL-L5202DW, BROTHER HL-L6402DW, BROTHER DCP-L5652DN, BROTHER DCP-L5502DN, BROTHER DCP-L5602DN, BROTHER MFC-L5702DW, BROTHER MFC-L5902DW, BROTHER MFC-L6702DW, BROTHER MFC-L5802DW, BROTHER MFC-L6902DW COMPATIBILIDADE DE TONERS: TN3472 TN-3472, TN3422 TN-3422, TN3442 TN-3442, TN3492 TN-3492, TN3472BR TN3422BR TN3442BR TN3492BR MODELO: DR 3440 DR-3440 QUANTIDADE DE IMPRESSÃO: 50.000 PÁGINAS CARTUCHO GENUINO				
07	UNIDADE FUSORA BROTHER DCPL5652DN/ L5502DN/ L5702DW/ L5102DW/ D008AH001/D00V9Z00	02	UNIDADE	1.234,667	2.469,33
	ESPECIFICAÇÃO: MODELO DA PEÇA DE REPOSIÇÃO: FUSOR BROTHER UNIL5652 L6702 L6902 L6402 L5102 L6202 MODELO: FUSOR BROTHER L5652 L6702 L6902 L5502 L5602 HL5102 L6202 COMPATIBILIDADE DE IMPRESSORAS: L5652 L6702 L6902 L6402 L5102 L6202 QUANTIDADE DE IMPRESSÃO: 200.000 PÁGINAS PEÇA GENUINA.				
08	ROLO DE PRESSÃO BROTHER DCP- L5652DN DCP-L5502DN HL-L5102DW MFC-L6902DW	02	UNIDADE	201,238	402,48
	ESPECIFICAÇÃO: ROLO DE PRESSÃO BROTHER (ORIGINAL) COMPATÍVEL: DCP-L5652DN/ BROTHER DCP-L5502DN/ BROTHER DCP-L5602DN/ BROTHER HL-L5102DW /BROTHER HL-L5202DW/ BROTHER MFC-L6902DW/ BROTHER MFC-L6702DW/ BROTHER MFC-L5902DW/ BROTHER MFC-L5702DW/ BROTHER MFC-L5802D PEÇA GENUINA				
09	PELICULA DO FUSOR BROTHER	02	UNIDADE	197,483	394,97
10	FUSIVEL VIDRO 20A 250V 5X20MM	05	UNIDADE	32,538	162,69

	ESPECIFICAÇÃO: MODELO: 250V 20A FUSÍVEL PARA NOBREAK - FUSÍVEL PARA ESTABILIZADOR - FUSÍVEL PARA RÉGUA E FILTRO DE LINHA GIRARDI 20 A - FUSÍVEL PARA RÉGUA E FILTRO DE LINHA MULTICRAFT 20 A - FUSÍVEL PARA RÉGUA E FILTRO INTELBRAS - FUSÍVEL RÉGUA E FILTRO FORCE LINE AMPERAGEM: 20A MATERIAL: VIDRO E METAL TENÇÃO ELÉTRICA: 250V LARGURA (CM): 0,5				
11	BATERIA SELADA 12 V 7A	03	UNIDADE	164,193	492,58
12	BATERIA SELADA 12V 5AH	03	UNIDADE	158,250	474,75
13	HD SSD 120G SA400	06	UNIDADE	243,333	1.460,00
	ESPECIFICAÇÃO: HD SSD 120G SA400				
14	HD SSD 480 GB	02	UNIDADE	457,403	914,81
15	MEMORIA RAM DDR-4 4GB 2133MHZ	04	UNIDADE	290,164	1.160,66
	ESPECIFICAÇÃO: MEMORIA RAM DDR-4 4GB 2133MHZ				
16	FONTE AEROCOOL VX-350, 350W - EN57181	07	UNIDADE	395,667	2.769,67
	ESPECIFICAÇÃO: FONTE AEROCOOL; POTENCIA: 350W; TENSÃO DE ENTRADA 115/230VAC / 4A / 47-63HZ - BIVOLT CHAVEADA TENSÃO DE SAÍDA +3.3V /+5V /+12V1 /+12V2 /-12V /+5VSB CORRENTE: 16A /15A /14A /11A /0.3A /2.5ª FREQUÊNCIA: 110W/ 300W/ 3.6W/ 12.5W SATA: 2 CONECTORES QUANTIDADE DE FAN: 1 FAN COM 12CM MARCA AEROCOOL.				
17	CABO HDMI 4K 2.0 H20F-10 10MT VINIK	03	UNIDADE	74,960	224,88
18	CONECTOR RJ45	100	UNIDADE	35,066	3.506,60
	ESPECIFICAÇÃO: CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE BLINDADO				
19	CABO DE REDE CAT 6 BLINDADO (CAIXA COM 305 METROS)	01	CAIXA	1.414,484	1.414,48
	ESPECIFICAÇÃO: CABO DE REDE LAN CATEGORIA CAT 6 VELOCIDADE: 10/100/1000MBPS, CAPA EXTERNA UV CMX PARA USO EXTERNO, CAPA INTERNA: CMX, VIAS: 8, FILAMENTO: 100% COBRE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 305 METROS.				
20	SWITCH 16 PORTAS 10/100 MBPS TP-LINK OU SIMILAR	01	UNIDADE	722,000	722,00
21	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS TP-LINK OU SIMILAR	01	UNIDADE	181,900	181,90
	ESPECIFICAÇÃO: SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS TP-LINK OU SIMILAR				
22	TECLADO DELL USB PRETO KB216 ABNT2	25	UNIDADE	103,706	2.592,65
	ESPECIFICAÇÃO: TECLADO DELL USB PRETO KB216 ABNT2; MARCA DELL.				
23	MOUSE DELL MS116 PRETO USB	25	UNIDADE	70,920	1.773,00
	ESPECIFICAÇÃO: MOUSE DELL MS116 PRETO USB; MARCA DELL.				
24	FONTE DELL 500WATTS PRECISION VOSTRO OPTIPLEX D500EPS-01 OTPX56	06	UNIDADE	737,600	4.425,60
	ESPECIFICAÇÃO: FONTE DELL MODELO: D500EPS-01; COR OTPX56 VOLTAGEM: 110V/220V; LINHA: D500EPS-01; POTENCIA DE SAIDA: 500W; CERTIFICADO DE EFICIENCIA: 80 PLUS PLANTINUM; SISTEMA COMPATIVEL: PRECISION T3660MT/VOSTRO 3901 3910 3900/ OPTIPLEX 3000 5000 7000 XE4; CONECTORES: 8+4+4/6+6+2 PINOS; MARCA DELL.				
25	CPU COOLER 0C253W C2553W VENTILADOR COM DISIPADOR 125W	02	UNIDADE	396,667	793,33
	ESPECIFICAÇÃO: CPU COOLER 0C253W, C253W VENTILADOR COM DISIPADOR 125W; MATERIAL: ALUMINIO; MODELO: 0C253W C253W; ORIGEM CN; TIPO: PEQUENO DISIPADOR DE CALOR; MODEL 1: DELL PRECISION 3660 TOWER; MARCA: DELL				
	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$				34.886,21

5.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 003, de 2024.

5.3. Os bens, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

5.4. Só será admitida a oferta dos produtos descritos acima que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

5.5. Só será admitida a oferta de bens de informática que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como Mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo Hexavalente (Cr (VI)), Cádmio (Cd), Bifenil Polibromados (PBBs), Éteres Difenil-Polibromados (PBDEs).

5.6. Não serão aceitas as cotações de produtos remanufaturados, reciclados ou reconicionados, sob pena de afastamento do certame.

5.7. O valor total estimado da contratação é de R\$ 34.886,21 (trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis e vinte e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

5.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Quanto a necessidade de contratação, a justificativa relata o seguinte:

“6.1. Justifica-se a aquisição destes suprimentos e componentes de informática, decorrente da necessidade de repor os estoques dos mencionados bens, no sentido de atender ao Conselho Tutelar para os próximos 12 (doze) meses.”

Por fim, quanto à escolha do fornecedor, disciplinou:

“13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA por DISPENSA DE LICITAÇÃO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.”

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica.

MÉRITO

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II- redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. ”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica *“in abstracto”*, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No que tange as justificativas apresentadas, conforme já colhido ao norte, apresentou razões robustas e que no entendimento desta assessoria, se prestam a preencher de maneira adequada o exigência motivacional para formação do processo.

Por fim, ressaltou que a contratação não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir constituído o referido plano, entretanto, está inserido quando da realização do mesmo visando o Planejamento Estratégico para o próximo exercício. Razões tais, que entendemos serem suficientes para preencher o requisito legal de motivação do ato.

Ato contínuo, devidamente instruído, o processo fora remetido a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação direta de empresa para a execução do serviço ora solicitado.

Desta feita, como previsto na norma superior, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso I, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), com atualização dos valores através do Decreto nº 10.922, de 30 de dezembro de 2021, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras.

Com efeito, conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de outros serviços e compras, cujo valor seja de até R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos).

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;

Outrossim, ainda quanto à este dispositivo, importante mencionar o Decreto 11.871/23, de 29 de dezembro de 2023, que atualizou valores da lei 14.133/21. Senão vejamos:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

ANEXO

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
<u>Art. 6º, caput, inciso XXII</u>	R\$ 239.624.058,14 (duzentos e trinta e nove milhões seiscentos e vinte e quatro mil cinquenta e oito reais e quatorze centavos)
<u>Art. 37, § 2º</u>	R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)
<u>Art. 70, caput, inciso III</u>	R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)
<u>Art. 75, caput, inciso I</u>	R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos)
<u>Art. 75, caput, inciso II</u>	R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)
<u>Art. 75, caput, inciso IV, alínea “c”</u>	R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)
<u>Art. 75, § 7º</u>	R\$ 9.584,97 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, não seja superior a cinquenta e nove mil reais. Sendo que o presente processo, possui o valor total estimado da contratação é de R\$ 34.886,21 (trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis e vinte e um centavos), o que se enquadra no limite legal.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*
- II- estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.*
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*
- V- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*
- VI - razão da escolha do contratado;*
- VII - justificativa de preço;*
- VIII - autorização da autoridade competente.*

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta, através de solicitação formal de cotação e justificativa pela não utilização de pesquisa de preço em bancos de dados públicos.

Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Compulsando os autos do processo, verifico que a contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com a adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcançasse suas finalidades essenciais, quais sejam, igualdade de tratamento entre os diversos interessados em contratar com a administração pública, somada à possibilidade de escolher dentre as ofertas apresentadas, aquela que for mais vantajosa ao interesse público.

Na linha de raciocínio aqui sufragada, constata-se que, para haver respaldo legal, a contratação direta deve se basear em justificativas. A justificativa de Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

Entretanto, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas

adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

DA PUBLICIDADE DOS ATOS NO PNCP

Em resposta à consulta formulada sobre a possibilidade de utilização imediata da dispensa de licitação por valor prevista na nova Lei de Licitações e Contratos, sem que o PNCP, criado pelo artigo 174, da referida Lei, estivesse disponível e as regulamentações de dispositivos legais fossem concluídas, o TCU decidiu, no acórdão 2458/2021-TCU-Plenário, que é possível a utilização do artigo 75, I e II, da Lei 14.133/2021 por órgãos não vinculados ao Sistema de Serviços Gerais (Sisg), do grupo chamado órgãos 'não-Sisg', em caráter transitório e excepcional, até que sejam concluídas as medidas necessárias ao efetivo acesso às funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Nesse caso, em reforço à transparência e às publicidades necessárias às contratações diretas, a publicação do ato que autoriza a dispensa ou do extrato decorrente do contrato deverá ser realizada, no mínimo, em sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, utilizando-se o Diário Oficial da União (DOU) como mecanismo complementar ao portal digital do órgão, até a efetiva integração entre os sistemas internos e o PNCP.

Para o Ministro Relator: “Em resumo, não me parece razoável que seja vinculada a eficácia de uma nova lei, que traz expressamente em seu art. 194 o comando de que ‘entra em vigor na data de sua publicação’ (1º/4/2021), à necessária utilização de um Portal previsto em seu próprio texto. A referida eficácia da norma somente poderia ser limitada mediante previsão expressa no corpo da lei em análise”.

O Tribunal de Contas de Minas Gerais, em resposta à consulta de um prefeito, decidiu que municípios com mais de vinte mil habitantes podem aplicar a Lei 14.133/2021, mesmo durante o período em que o (PNCP) ainda não havia sido implementado. Alternativamente, podem utilizar, antes da implementação do PNCP, sítio eletrônico oficial ou, ainda, caso não disponham do sítio eletrônico, divulgar em diário oficial as informações exigidas pela Lei 14.133/2021. (Processo 1104835 – Consulta. TCE MG Pleno. Deliberado em 6/10/2021).

A implantação do PNCP, ocorreu em 9 de agosto de 2021. O relator propôs a fixação de prejulamento de tese, com caráter normativo, no sentido de que:

a) a Lei nº 14.133/2021 tem aplicação imediata para os Municípios com mais de vinte mil habitantes, mesmo durante o período em que o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ainda não havia sido implementado;

b) os Municípios com mais de vinte mil habitantes que dispõem de sítio eletrônico oficial, que a Lei n. 14.133/2021 em seu art. 6º, inciso LII, conceitua como sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, poderiam, antes da implementação do PNCP, divulgar e realizar as respectivas contratações em tal local;

c) os Municípios com mais de vinte mil habitantes que não dispõem do referido sítio eletrônico oficial, poderiam, antes da implementação do PNCP, divulgar as informações que a Lei n. 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial mediante publicação em diário oficial, admitida a publicação de extrato, e, ainda, deveriam disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

O Tribunal de Contas do Maranhão também já tinha decidido sobre. Para fins de cumprimento do princípio da publicidade, à luz da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), enquanto não tivesse sido criado e regulamentado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerava-se atingida a finalidade da lei, a divulgação dos avisos e editais de licitações em sítio eletrônico oficial, bem como no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo do cumprimento das normas específicas de controle externo, com fundamento no artigo 169 e seguintes do mesmo diploma. Decisão 143/2021 TCE Maranhão Plenário.

O presente caso se refere a uma consulta formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa.

A sessão plenária ocorreu no dia 14 de Abril de 2021 e foi decidida por unanimidade pelos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

É cediço que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é sítio eletrônico oficial destinado à: I – divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei; II – realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, conforme disposto no artigo 174, da Nova Lei.

Percebemos que a Nova Lei se trata de norma geral, aplicável, por disposição expressa normativa, para todos os entes federados.

Desse modo, podemos concluir que, com a sanção da Lei nº 14.133/2021, o veículo oficial de divulgação dos atos relativos às licitações e contratações públicas passa a ser o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Para reforçar esse entendimento, transcrevo aqui, dentre outras referências, dois dispositivos da citada norma versando sobre a publicidade dos atos licitatórios e contratuais no PNCP. Primeira está contida no artigo 54, que assim dispõe:

“Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”.

Já a segunda, está no artigo 94. Vejamos:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I – 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II– 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

Referidas normas podem induzir a 2 conclusões distintas, ambas, claro, defensáveis, afinal, interpretação implica a busca do melhor significado, dentre os vários possíveis, de um determinado texto normativo”.

Destacamos aqui que para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, é possível a aplicação imediata da Nova Lei de Licitações, independentemente da criação do PNCP, contanto que a divulgação dos respectivos atos ocorra em sítio eletrônico oficial, de forma centralizada, e com acesso ao público.

Portanto, para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal “a previsão de criação do Portal Nacional de Contratações Públicas não é óbice à aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sob pena de vulneração das disposições referentes à sua eficácia imediata e à possibilidade de opção por licitar ou contratar de acordo com a Lei nº 14.133/21”.

Destacamos também que a Orientação Referencial aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado de Goiás indicou a plena aplicabilidade da alternativa jurídica referente às hipóteses de contratações diretas estampadas nos incisos I e II do caput c/c §1º do artigo 75 da Lei nº 14.133/21, com os limites de valores por ela determinados e sob inteira sujeição ao regramento do novo regime jurídico para tanto estabelecido.

Então, se a Lei está vigente, portanto ela pode ser aplicada.

Ademais, a própria Lei estabelece que “até o decurso do prazo de que trata o inciso II, do caput do artigo 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as Leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou

instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso” (art. 191).

Veja que o legislador, em momento algum, vinculou a vigência da Lei à criação do Portal Nacional de Contratações Públicas, o que pode levar a outra conclusão no que tange à aplicabilidade imediata da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, entendo que o relevante e de interesse público é que ocorra efetivamente a publicação dos instrumentos convocatórios e dos extratos dos contratos, cumprindo dessa forma o princípio constitucional da publicidade. E neste espeque, o TR constante nos autos, assim previu:

“O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.”

Assim, concluímos que o a Lei de Licitações está plenamente válida e eficaz, podendo ser utilizada no caso contrato.

Antes de finalizar, compete ressaltar que, o parecer aqui exarado não contempla as hipóteses de fracionamento da despesa, cabendo ao gestor a adoção das medidas administrativas necessárias para evitar o fracionamento da despesa através de contratações formalizadas por dispensa de licitação, pois tal conduta além de ilegal caracterizará afronta as normas e princípios que norteiam a licitação.

CONCLUSÃO

Antes de concluir, é importante esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, todas as considerações aqui expostas, trata-se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente.

No caso de Dispensa de Licitação, a legislação não impõe regras objetivas quanto à quantidade de empresas chamadas a apresentarem propostas e a forma de seleção da contratada, mas determina que essa escolha seja justificada. Acórdão 2186/2019 TCU Plenário.

Por conseguinte, consoante sedimentado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e no Artigo 72, incisos VI e VII, o processo de Dispensa deverá ser instruído com elementos que demonstrem a razão da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço, não impondo de forma objetiva as regras quanto à quantidade e a forma de seleção do contratado, ou seja, deve ser justificado no processo a escolha do fornecedor.

Por fim, recomendo a Secretaria requisitante que sempre analise toda a documentação necessária da empresa que apresentou melhor proposta, para verificação da regularidade fiscal e trabalhista.

Assim, observadas as prescrições suscitadas acima, vislumbro de plano a existência de autorização legal para contratação direta dos serviços. Sendo assim, a celebração do contrato não afronta os princípios reguladores da Administração Pública, e neste caso é absolutamente possível a contratação na forma prevista no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, observadas as prescrições exaradas nesse parecer, opino favoravelmente pela possibilidade de contratação direta dos serviços.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e quaisquer considerações das autoridades competentes.

Tucumã-PA, 07 de maio de 2024.

SÁVIO ROVENO OAB/PA 9561
Assessoria Jurídica